

COMISSÃO ESPECIAL SOBRE TRANSPORTE E ENTREGA POR PLATAFORMAS DIGITAIS (PLP 152/25)

REQUERIMENTO Nº , DE 2025.

(Do Sr. Guilherme Boulos)

"Requer a realização de audiência pública para debater a necessidade de fixação de valor mínimo de remuneração para os serviços prestados por trabalhadores de plataformas digitais de entregas e mototaxistas, bem como a transparência nos aplicativos."

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base nos artigos 255 e seguintes do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública para debater no âmbito da Comissão Especial sobre Transporte e Entrega por Plataformas Digitais (PLP 152/25) “A necessidade de fixação de valor mínimo de remuneração para os serviços prestados por trabalhadores de plataformas digitais de entregas e mototaxistas, bem como a transparência nos aplicativos”, com sugestão para a sua realização antes da divulgação do parecer do relator. Para tanto, solicito que sejam convidados:

1. Presidente da Associação dos Motofretistas Autônomos e Entregadores do Distrito Federal e Entorno (AMAE DF) e Coordenador Nacional do Sem Direitos: Alessandro da Conceição Calado (Sorriso);
2. Liderança dos Entregadores de Aplicativo de São Paulo: Elias Pereira Freitas da Silva Junior (Jr Freitas);
3. Presidente da Associação dos Motofretistas de Aplicativos e Autônomos do Brasil (AMABR): Edgar Francisco da Silva (Gringo);
4. Membro da Aliança Nacional dos Entregadores por Aplicativo: Nicolas Souza Santos;
5. Representante do iFood;
6. Representante do Rappi;
7. Representante do UberEats;



8. Representante do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE);
9. Representante do Ministério Público do Trabalho (MPT).

JUSTIFICAÇÃO

A crescente dependência dos aplicativos de entrega no Brasil tem transformado radicalmente o mercado de trabalho, com milhares de trabalhadores inseridos neste setor de forma precária. Muitos entregadores, conhecidos como "entregadores de aplicativo", enfrentam condições de trabalho vulneráveis, como a falta de direitos trabalhistas, jornadas de trabalho exaustivas e remuneração inadequada, resultando em uma grande insegurança social e econômica. Apesar do volume de trabalho cada vez maior, as condições de saúde, segurança e os direitos dos trabalhadores não têm sido devidamente reconhecidos, o que torna urgente uma análise aprofundada sobre o tema.

O deputado Guilherme Boulos, como defensor dos direitos dos trabalhadores, propõe esta audiência pública para debater as condições de trabalho dos entregadores de aplicativos, buscando entender as necessidades e desafios enfrentados por esses profissionais. Além disso, a audiência visa ouvir representantes dos trabalhadores, das empresas de tecnologia, órgãos reguladores e especialistas da área, para encontrar soluções que garantam melhores condições de trabalho, remuneração justa e o reconhecimento dos direitos desses trabalhadores.

A realização desta audiência pública é de extrema importância para proporcionar um espaço de diálogo construtivo sobre a regulamentação das atividades dos entregadores, considerando tanto as questões de saúde e segurança quanto os direitos trabalhistas. O objetivo é criar uma agenda política que busque equidade e dignidade para os trabalhadores da economia de plataformas, sendo essencial para um futuro mais justo e sustentável para todos os envolvidos nesse setor.

Dessa forma, solicitamos o apoio dos nobres pares para aprovação desse requerimento de audiência pública.

Sala das Comissões, em 03 de abril de 2025.

Guilherme Boulos
DEPUTADO FEDERAL

